

O Estado estróina *ANC Y*

José Nêumanne Pinto

A sanha tributarista da Constituinte, que instituiu anteontem um adicional de 5% sobre o imposto de renda já aplicado a lucros e rendimentos de capital para diminuir o rombo financeiro dos Estados e do Distrito Federal, coincidiu com a passagem pelo Brasil do secretário de Estado da Economia da Espanha, Guillermo de la Dehesa. Numa entrevista à repórter Fátima Turci, da Sucursal do Jornal do Brasil em São Paulo, o bacharel em Direito e Economia pela Universidade de Madri e alto funcionário de vários governos espanhóis desde a redemocratização pregou a aplicação prática de uma via completamente oposta a tudo quanto a Constituinte deliberou em termos de assalto ao bolso do contribuinte.

Dehesa lembrou, lucidamente, que "os países mais flexíveis, Estados Unidos e Japão, foram os que melhor funcionaram durante as crises. Os países da Europa também decidiram flexibilizar suas economias depois de longa história de mercados regulados. Isso ocorreu com os conservadores e os socialistas da França, com os conservadores da Inglaterra e com os socialistas italianos e espanhóis. Liberalizar e flexibilizar a economia é absolutamente fundamental para fazer frente à internacionalização". Segundo o ministro, que divide as decisões mais importantes da economia de seu país com os secretários do Comércio e da Fazenda, "a experiência de intervencionismo e regulação do regime de Franco foi muito prejudicial para a economia espanhola".

As atitudes da Constituinte brasileira e as idéias do ministro espanhol são contraditórias em sua essência. De um lado a Constituinte procura meios para evitar a inevitável falência da voraz máquina estatal, fornecendo a Estados e municípios injeções de recursos extraídos do suor, do sangue e das lágrimas da produtiva sociedade civil. Na direção oposta, a autoridade espanhola recomenda a liberalização da economia como única forma viável de enfrentamento das crises econômicas e apóia sua receita em exemplos que chegam até a espantar, tão óbvios são. Evidentemente, nem o mais feroz defensor da estatização da economia será capaz de negar a prosperidade de economias como a inglesa, a francesa, a espanhola e a italiana hoje, todas convalescentes de longos períodos de dominação das idéias planificadoras. A flexibilização, de que fala Dehesa, é o oposto da derrama fiscal com a qual o governo federal tem tentado reforçar seus cofres e à qual a Constituinte recorre para atender ao apetite pantagruélico das máquinas administrativas pilotadas pelos governadores estaduais.

Na entrevista, publicada domingo passado, Guillermo de la Dehesa — que veio a São Paulo participar de um seminário defendendo uma nova política para o comércio exterior brasileiro, promovido pelo Banco Mundial e pela Fundação Getúlio Vargas — deu a receita da dieta rigorosa para salvar finanças combatidas do caos total. A palavra de ordem, para ele não pode ser tributar, mas deve ser economizar, ou seja, sanear as finanças públicas. "O saneamento estava dirigido a reduzir o déficit público e das empresas estatais", disse, referindo-se ao caso espanhol. "Com ele, desapareceram muitas indústrias que não eram capazes de competir internacionalmente. Algumas foram fechadas, muitas foram privatizadas, vendidas a espanhóis ou estrangeiros, e outras reajustadas para fazer frente à nova situação econômica."

Os constituintes brasileiros — principalmente os de rodados soldados da nova União Norte-Nordeste-Centro-Oeste — estão convencidos de que combater o déficit público dos Estados é desviar de sua dire-

ção recursos antes distribuídos a eles pela mão generosa do governo federal, tornando uma obrigação legal o que era uma espécie de recompensa por bons serviços prestados.

Trata-se de uma balela. Na verdade — conforme tem provado a ação do governo federal nos últimos anos —, desviar novos recursos da sociedade na direção do Erário é estimular mais ainda sua sanha gastadora e, assim, contribuir, de forma espetacular, para o crescimento da dívida pública interna. As derramas fiscais — basta consultar a História recente da República brasileira — têm servido apenas e tão-somente para cobrir eventuais rombos de caixa, permitindo que o governo acione, de forma ainda mais acelerada, sua vertiginosa máquina de desperdício.

Nem os pequenos empresários escaparam da sêmana da derrama promovida pela Constituinte. Tais atitudes tributaristas foram adotadas em votações espetaculares. A que impediu a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) às vendas a crédito efetuadas pelos pequenos comerciantes, por exemplo, contou com uma adesão inquestionável: 285 a 6.

O mais dramático nesse tipo de decisão quase unânime é que ela tem uma intenção positiva, mas uma conseqüência desastrosa. Num raciocínio simplista, o político brasileiro tenta salvar o Estado dando-lhe uma maior capacidade de arrecadar, pensando que, desta forma, lhe devolverá o equilíbrio perdido. Na verdade, um Estado se torna mais gastador exatamente na medida em que lhe é assegurada capacidade de adquirir recursos para gastar. Assim, ao tentar fazê-lo respirar melhor, a elite dirigente dá mais corda ao enforcado, agindo como um paciente que tenta combater a irresponsabilidade do filho estróina dando-lhe cada vez mais dinheiro na esperança de que, um dia, ele deixe de gastar.

A intenção da elite dirigente, no controle da Constituinte, é, evidentemente, evitar o colapso financeiro do Estado brasileiro, numa tentativa desesperada de garantir sua saúde institucional. Ai, mais uma vez se registra conseqüência danosa de uma intenção generosa: o Estado estróina é, por sua própria natureza, débil, do ponto de vista institucional. Não é abarrotando as burras estatais com dinheiro fácil que se garantirá a solidez do regime democrático, da mesma forma como não se educa bem um filho estróina simplesmente não permitindo que seu bolso furado se esvazie. Isso é simples de explicar: se os recursos chegam facilmente — pelo método simplista da derrama — ao Erário, torna-se também mais fácil desperdiçá-los. O Estado promove, então, a bacanal da corrupção generalizada e não existe câncer pior para a institucionalização de um regime do que a desmoralização generalizada.

Guillermo de la Dehesa, em sua entrevista, lembrou algumas lições elementares também nesse campo. "É preciso ter um governo forte, respaldado pela maioria da população", ensinou. "O Brasil pode estar numa democracia, mas precisa consolidá-la. E não apenas nas instituições, mas na consciência do povo. É um processo lento, que requer prudência", advertiu. O Brasil só terá um governo forte, capaz de transmitir esperança e segurança à população, quando toda a sociedade se conscientizar de que riquezas são produzidas com o trabalho organizado e sacrificado de todos e não pela transferência de fatias cada vez mais generosas dos frutos desse esforço para a pseudodistribuição feita pelo Estado estróina.